



Federação de Sindicato de Trabalhadores nas Universidades  
Brasileiras - Fundada em 19 de dezembro de 1978

### **RELATÓRIO DA REUNIÃO DA CNSC, 26/04/2010**

Presentes pela FASUBRA: Paulo Henrique, Hilbert, Cenira, Loiva, Vânia e Silvio (CNSC), Almiram e Maninho (Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho).

No dia 26 de abril, tivemos mais uma reunião da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira – CNSC, dando continuidade ao debate. Essa reunião foi o fechamento da reunião dos grupos de trabalho ocorrida dias 23 e 24 de março, já que não teve a possibilidade de ser realizado no dia 25 em seqüências, como estava previsto e a também a do dia 15 que foi adiada.

No início da reunião Valéria, a nova coordenadora se apresentou justificando que houve alteração na Coordenação porque o antigo coordenador, o Dênio haver assumido um novo cargo na estrutura do MEC e por isso estava sendo substituído também na coordenação da CNSC. A nova coordenadora justificou que ainda não conhece a fundo as discussões ali travadas e que necessitará de um tempo para absorver. No decorrer da reunião ela recorreu aos seus assessores.

O que permitiu que algumas discussões avançassem e inclusive fosse fechando algumas resoluções pendentes.

A reunião seguiu a mesma dinâmica das anteriores com a apresentação do resultado dos grupos de trabalho, cujas reuniões haviam ocorrido em março. Os grupos de trabalho têm como tarefa fazer o debate mais específico de cada questão e apresentar proposta de resolução para deliberação da CNSC.

Essa reunião ocupou os dois turnos, o que permitiu uma boa discussão sobre as diversas propostas de encaminhamento, havendo resolução efetiva para alguns e a proposta da continuidade do debate para outros. O MEC reconheceu sua dificuldade de apresentar posições efetivas de algumas questões por não ter feito o debate interno e por conta disso não acertou de imediato a agenda para continuidade do debate, mas se comprometeu a propor em breve uma data para ser discutida e acertada via internet entre os membros da CNSC.

No debate sobre o trabalho do grupo de recursos de enquadramento, não houve nenhuma definição. Os componentes do grupo apresentaram proposta de resolução, no entanto a representação do governo assumiu que não leu os processos e, portanto não poderia deliberar, solicitando um tempo. A crítica foi feita quanto a ausência da representação do

MEC neste GT e, eles ficaram com a tarefa de dispor de pessoal para acompanhar de forma integral a discussão nesse e nos demais grupos da próxima vez. Quanto ao resultado do trabalho do, foram apresentadas propostas de resolução, porém no nosso entendimento faltou a apresentação de um resumo externando o objeto de cada processo ou grupo de processos, já que alguns que têm o mesmo teor e foram agrupados para terem uma resolução conjunta. Sem esse resumo nem mesmo os demais da bancada sindical teriam condições de dar um parecer, vendo apenas as resoluções apresentadas ficando acertado que deverá ser formalizada uma resolução para cada processo. Com o compromisso da bancada do governo de acompanhar o grupo e do coletivo de apresentar esses resumos, as questões serão sanadas na próxima reunião.

Sobre o grupo de racionalização, foi apresentado pelo grupo a proposta formulada de retirar a exigência de experiência para ingresso de todos os cargos e a adaptação no anexo 3.

A representação do governo falou que o grupo deve fazer as justificativas de cada caso dando um caráter mais técnico sobre os cargos que estamos defendendo sua manutenção e/ou volta com outra denominação, no caso de cargos extintos. Abrimos um debate onde aproveitamos para cobrar o GT – Terceirização e o dimensionamento de pessoal, conforme está previsto na lei. A bancada sindical ficou com a tarefa de elaborar justificativas em conjunto com assessoria jurídica, no sentido de dar uma formatação mais técnica. A FASUBRA já convocou os representantes do GT- Racionalização na CNSC, para juntamente com a assessoria jurídica finalizar as justificativas para o conjunto de alterações propostas no processo de racionalização.

Sobre o grupo de regulamentação, dentre as diversas propostas formuladas, a grande maioria continua ainda sem posição do MEC. Fizemos a rediscussão sobre a resolução proposta de reconhecer como incentivo à qualificação dos cursos pós-médio, equiparado com profissionalizante e os cursos de tecnólogos e seqüenciais, como curso superior. O MEC se posicionou favorável, porém alegou falta de recursos para publicação imediata da medida, já que a mesma deve gerar um passivo financeiro já que todos aqueles que apresentaram certificados de cursos dessas modalidades e que não foram aceitos, terão direito a pagamento retroativo. Garantimos a aprovação desta medida e cabe ao MEC ver o momento da publicação, sendo que independente da data os trabalhadores que têm direito receberão a diferença. Outra questão também do anexo 3 foi resolvida, no tocante à carga horária para progressão do NC3 para NC4 da Classe E, que no texto do anexo exige cursos com carga horária maior que 180 horas, corrigindo o erro a redação para carga horária igual ou superior a 180 horas. Propomos também resolver a questão da equiparação do título de livre docente ao de doutor e eles ficaram com o encargo de consultar o Conselho Nacional de Educação. Cobramos o seminário das Comissões Internas de Supervisão - CIS, proposto pela bancada do governo na primeira reunião e eles apresentaram proposta de construir seminários de forma regionalizada, garantindo assim uma maior participação. Essa cobrança se deu pelo entendimento nosso de que sendo o seminário convocado pelo MEC e realizado pela CNSC, vai permitir uma maior participação dos membros das CIS nas instituições de todo o país. Ficaram de apresentar proposta de calendário através da rede, com indicação para o segundo semestre.

FONTE: ID 2010 MAIO04